



GT 022. Antropologia, Estado e mobilização indígena

Kelly Emanuely de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Coordenador/a, Hosana Celi Oliveira e Santos (Universidade Federal de Pernambuco) - Debatedor/a

O grupo de trabalho se propõe a estudar as possibilidades de ação de povos e organizações indígenas na atualidade, frente à garantia de direitos étnicos na esfera nacional e internacional. Propomos discutir as estratégias que os grupos indígenas vêm executando para se posicionarem politicamente frente aos sucessivos ataques pela via do poder público, seja na proposição de Leis contra direitos étnicos, na inoperância frente a sucessivas violências impetradas contra os povos indígenas ou pela criminalização de lideranças políticas. Por outro lado, tentamos aprofundar o próprio fazer antropológico como via de ação política em defesa dos direitos étnicos.

Povos Indígenas e/ou Estados Nacionais: três casos de desastre

Autoria: Paulo Henrique Menezes Rocha

O projeto de pesquisa comparou as legislações referentes aos povos indígenas e às comunidades tradicionais nos três Estados Nacionais na América do Sul em questão, a saber: Brasil, Bolívia e Peru. Trata-se de uma incursão bibliográfica sobre os ordenamentos territoriais e as legislações ambientais que afetam os povos indígenas e as comunidades tradicionais nesses três países. A partir do estudo bibliográfico de três casos específicos de chamados "desastres ambientais", um em cada país, o objetivo foi apresentar um quadro comparativo que permita caracterizar tanto os avanços quanto os limites da legislação de cada Estado Nacional em relação à proteção dos modos de vidas indígena em sua conexão com a biodiversidade.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

